



BLOCO DE ESQUERDA
Grupo Municipal Matosinhos

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO/SUGESTÃO À C. M. MATOSINHOS

Uma das questões mais actuais é a resposta às alterações climáticas. Tendo sido um tema fortemente controverso, a evidência de que o forte crescimento das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases de efeito de estufa (GEE), resultante das actividades humanas, tem uma relação estreita com o aquecimento global, é hoje um consenso generalizado entre a comunidade científica e entrou no debate político.

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (2007), regista as provas da existência da maior concentração de CO₂ dos últimos 650 mil anos. A quantidade de carbono emitido é o dobro do que os ecossistemas podem absorver.

As consequências, que já hoje se manifestam, são devastadoras: a saturação poluente amplia o efeito estufa natural, determinando o aumento da temperatura média do planeta. Os 12 anos mais quentes desde 1850 registaram-se entre 1995 e 2006. O degelo das montanhas e dos pólos acelera-se, determinando a subida do nível médio do mar e a alteração das correntes marítimas. Intensificam-se os fenómenos meteorológicos extremos, como os ciclones, as cheias, as secas e as ondas de calor. Todos os cenários apontam para a catástrofe humana, derivada do avanço da desertificação e da escassez de água, da inundação de extensas áreas habitadas, do ritmo de extinção das espécies e perda de áreas cultiváveis, da propagação de doenças.

A União Europeia adoptou o objectivo de “limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais”. Para isso, as concentrações de GEE “deverão permanecer a um nível bastante inferior” ao dobro do da era pré-industrial. Este objectivo, no entanto, é insuficiente, pois o aumento assim tolerado não deixa de provocar impactes tão importantes, como o do desaparecimento de países insulares. Por outro lado, aponta para uma estabilização da concentração de GEE a um nível perigoso. Para o efeito, propõe que os países desenvolvidos (responsáveis por 75% da acumulação de GEE) reduzam as suas emissões de 50% até 2050, em relação a 1990.

O Relatório Stern calculou que os custos da inacção podem ser equivalentes ao efeito combinado das duas guerras mundiais e da Grande Depressão dos anos 30, com quebras de 5 a 20% do PIB global, o que teria consequências humanas brutais, porque se repercutiria de forma desproporcionada nos mais pobres. Calcula ainda que será mais rentável reduzir acentuadamente as emissões do que apenas as atenuar, tendo em conta os custos de adaptação às alterações climáticas. É, contudo, limitado, nas propostas que faz: por um lado, escolhe o patamar de redução das emissões mais baixo, por ser aquele que menos afecta as multinacionais e os países desenvolvidos; por outro lado, propõe uma taxa mundial sobre o carbono, que só penaliza a população.

Em qualquer caso, estes riscos são inaceitáveis. **É preciso uma redução imediata e brutal das emissões de GEE dos países desenvolvidos, desde já, e envolver todos os outros, sobretudo os EUA e a China. A catástrofe ecológica tem um preço demasiado elevado para poder ser ignorada nas decisões políticas e torna-se assim uma das questões centrais da definição da democracia.** A condição mínima deve ser a redução das emissões globais de GEE em 30% até 2020, e de 80% até 2050, em relação a 1990.

Há essencialmente duas explicações para esta aceleração da contaminação poluente: o uso intensivo dos combustíveis fósseis, em que se sustenta a produção de energia, e a crescente transformação do uso do solo, com a expansão urbana e a desflorestação. Em ambos os casos, trata-se de consequências do desenvolvimento da economia capitalista e das escolhas sociais e culturais que determinou.

Nenhuma dessas consequências era inevitável: a sociedade poderia ter desenvolvido outras plataformas tecnológicas não assentes nos combustíveis fósseis como fonte primária, e trajectórias de



BLOCO DE ESQUERDA
Grupo Municipal Matosinhos

consumo não dominadas por produtos derivados do petróleo (plásticos ou outros). Mas houve uma razão para o mercado ter escolhido este caminho: era o mais rentável a curto prazo. Mas o que é racional para o mercado pode ser irracional para a humanidade, e esse é certamente o caso da poluição e destruição dos recursos de todos. Ao mesmo tempo, o modelo do progresso produtivista com uso ilimitado de recursos generalizou-se, produzindo desastres ambientais de grande escala na URSS e noutros países.

Os resultados são agora evidentes. A corrida à poluição e o produtivismo irresponsável têm vindo a esgotar os recursos fósseis e produzem impactos ambientais que ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Boa parte das guerras do século XIX e XX encontraram na exploração ou na escassez dos recursos as suas principais motivações. **Civilização e barbárie andam a par e a actual globalização armada prova como os riscos de guerra estão intimamente ligados à luta pelo controlo dos recursos e das fontes primárias de energia.**

O modelo produtivista promoveu o consumismo individualista como um dos suportes da ideologia e da força do mercado. A publicidade apropriou-se do espaço público e orienta as escolhas do dia-a-dia. Mas os modelos de consumo mercantil dos países ricos contribuem para a crise planetária que vivemos e deterioram a qualidade de vida das pessoas. Não é possível diminuir as emissões de gases com efeito de estufa sem uma política deliberada para alterar o modo como vivemos e nos movemos nas cidades.

O Protocolo de Quioto foi a primeira resposta a esta crise ambiental. O acordo fixou o objectivo de redução em 5,2% das emissões dos países desenvolvidos até 2012, criando mecanismos flexíveis de mercado assentes na comercialização de emissões.

Este processo fracassou e os seus objectivos muito tímidos, mesmo se forem alcançados, não conseguirão uma redução global de emissões. Muitos dos países signatários encontram-se aquém dos objectivos a que se comprometeram, como Portugal, e alguns dos grandes poluidores não aceitaram a redução das emissões, como os EUA, implicando um efeito nulo ou residual em termos globais. Fracassou porque o comércio de direitos de emissão não desincentivou a poluição. Por um lado, porque o preço da tonelada de gás de efeito estufa é muito baixo; e por outro, porque o «mecanismo de desenvolvimento limpo», permite que se continue a poluir a troco de projectos de captura de CO2 (ex. reflorestação). Não pode haver um uso infinito de recursos finitos.

Este Protocolo fracassou porque os mecanismos de mercado não conseguem responder estruturalmente à natureza da crise ecológica, para mais num contexto onde as multinacionais podem facilmente deslocalizar as produções mais poluentes e a política se recusa a enfrentar o modo como vivemos nas cidades. Eles não implicam uma resposta ao problema essencial, a reestruturação das bases em que assenta a economia mundial. Se nada for feito, os combustíveis fósseis continuarão a ser o motor do capitalismo global e o Sul continuará a suportar os custos de redução das emissões dos países desenvolvidos.

É, portanto, necessário adoptar uma política ecologicamente responsável para responder à injustiça ambiental. As soluções de mercado, além de não garantirem a mobilização dos esforços necessário para evitar a catástrofe, vão determinar o aumento dos preços dos produtos raros e das localizações mais protegidas, acentuando a estratificação e as discriminações sociais, e impondo uma inflação violenta, que é um imposto sobre os pobres. É preciso agir agora.

As alterações climáticas confrontam-nos com três grandes problemas: reduzir o consumo global de energia, descarbonizar a economia e alterar as relações Norte-Sul. A dificuldade exige a estratégia mais radical, a da disputa por uma civilização ecológica e socialmente sustentável.

Em Portugal, de acordo com o relatório divulgado pela Direcção Geral de Geologia e Energia, o consumo médio de energia conheceu na sua globalidade um aumento anual de 3,5% entre os anos 1990 e 2004. Comparando esta crescente evolução do consumo de energia com a evolução do PIB



BLOCO DE ESQUERDA
Grupo Municipal Matosinhos

entre 2001 e 2005, período em que em cada ano se registaram taxas de crescimento de 2,0; 0,76; 1,12; 1,08 e 0,34%, conclui-se que a intensidade energética do país (consumo de energia/PIB) tem vindo a aumentar, o que significa que Portugal gasta cada vez mais energia para produzir a mesma unidade de riqueza.

Segundo o Eurostat a intensidade energética (relação entre o consumo de energia e a produção de riqueza) degradou-se continuamente desde 1970, tendo Portugal entre 1992 e 2002 registado o maior crescimento no consumo de energia primária e de energia eléctrica *per capita* da Europa a 25 (Eurostat). Este facto deve-se sobretudo à baixa eficiência energética da economia, estimando-se que cerca de 60% da energia consumida poderia ser poupada.

Portugal tem uma economia altamente dependente dos combustíveis fósseis. Entre 1990 e 2003, de acordo com o Relatório do Estado do Ambiente / 2004 do Instituto do Ambiente, o consumo de energia primária aumentou 48%. Cerca de 85% do consumo de energia primária provém de reservas exteriores, 58% dos quais são petróleo e os restantes gás natural e carvão, que são indexados ao preço do petróleo. Esta é uma situação que coloca a economia portuguesa numa situação de enorme fragilidade e falta de competitividade face a outras economias europeias. Melhorar a eficiência energética é um imperativo económico e é também uma emergência ambiental.

O Instituto do Ambiente associa o aumento de consumo de energia primária ao aumento das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) que aumentaram 37% no mesmo período de 1990 a 2003, o que representa uma «excedência de cerca de 10% em relação ao valor de 27% acordado com os Estados-membros da EU para 2008-2012 no âmbito do Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre alterações climáticas». As altas taxas de crescimento no consumo e de emissões de GEE associadas têm-se verificado sobretudo nos sectores dos transportes e edifícios: em 1990 os transportes representavam 30% do consumo total de energia, a indústria 38% e os edifícios (residencial e serviços) 27%, sendo que em 2004 os transportes representavam 38%, face a 33% da indústria e a 29% dos edifícios (DGE).

Melhorar a eficiência energética promovendo a poupança de energia é sem dúvida a forma mais rápida, eficaz e rentável de reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa, contribuindo para a prevenção das alterações climáticas e a melhoria da qualidade do ar.

Se há assunto em que a máxima PENSAR GLOBAL - AGIR LOCAL este é sem dúvida um deles. O Município de Matosinhos não pode e não deve alhear-se deste problema e o processo de uma Agenda 21 Local amplamente participada pode ser uma óptima oportunidade para a convergência em torno de estratégias e medidas de acção numa óptica integrada, nomeadamente em sectores-chave para as emissões de GEE como o dos transportes e energia.

Sem prejuízo do que de bom já se tem feito, a Assembleia Municipal, reunida em 28 de Junho de 2007, sugere/recomenda ao executivo que prepare um PLANO MUNICIPAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS que entre outros aspectos poderá conter os seguintes:

1. Criação de uma AGÊNCIA MUNICIPAL DE ENERGIA, se não for possível criá-la a nível da área Metropolitana do Porto, com os seguintes objectivos:

- IDENTIFICAR a factura energética do município, sua evolução e correspondentes emissões de GEE/ as oportunidades de poupança de energia nos diversos sectores / o potencial de introdução de energias renováveis, dando prioridade à micro-(co)geração;
- DEFINIR metas de redução de emissões de GEE no município / metas de redução do consumo final de energia, em particular no sector dos transportes e edifícios / metas de integração de energias renováveis no município e vários sectores, nomeadamente ao nível da micro-



BLOCO DE ESQUERDA
Grupo Municipal Matosinhos

(co)geração, para abastecimento local (ou metas de consumo final de energia proveniente de fontes renováveis implantadas localmente)

- CALENDARIZAR a implementação de programas de acção e medidas específicas;
- IMPLEMENTAR medidas de conservação e eficiência energética e acções de desenvolvimento de energias renováveis e redes de distribuição local ao nível do município e em todos os sectores de actividade / um programa de aquisições públicas ecológicas (ex. equipamentos, materiais e viaturas)/ uma estrutura de monitorização e avaliação de implementação das medidas, nomeadamente através de um sistema de indicadores energéticos locais e disponibilizando a informação relevante ao público / um programa de formação profissional de técnicos especializados na autarquia e empresas / um sistema de apoio directo a municípios e empresas para a escolha de equipamentos eficientes, redução do consumo de energia e introdução de renováveis, nomeadamente através da prestação de serviços de energia, como sejam auditorias e esquemas de financiamento por terceiros / acções de informação e sensibilização pública sobre energia .

2. Edifícios Municipais: A Administração Pública como Exemplo

- Realizar auditorias energéticas para avaliar a factura energética e estudar a aplicação de medidas de eficiência energética e a instalação de sistemas de micro-(co)geração;
- Aplicar a certificação energética a todos os edifícios municipais;
- Obrigatoriedade de instalação do solar térmico em todos os edifícios municipais, dando prioridade a equipamentos desportivos (ex. Pavilhões e piscinas) e escolas, e de outros sistemas de micro-(co)geração (fotovoltaico, eólico e biomassa) sempre que tecnicamente viável;
- Efectuar a reabilitação física dos edifícios municipais para aumentar os níveis de conforto térmico e reduzir as necessidades energéticas;
- Implementar programas de substituição de equipamentos para a eficiência, nomeadamente de iluminação, climatização e de escritório (ex. optar por equipamentos “energy star”) e impedir a aquisição de equipamentos de baixas eficiências energética;
- Implementar sistemas de informação para a gestão de energia e manutenção
- desenvolver um programa que permita tornar o parque de habitação social energeticamente mais eficiente (sistemas de aproveitamento de energia solar, caixilharia dupla, etc.)

3. Promover a sustentabilidade nos Novos Edifícios e Reabilitação Urbana

Promover no licenciamento de novos edifícios ou de grandes obras de reabilitação urbana critérios de sustentabilidade, como sejam:

- Aplicação dos princípios da arquitectura bioclimática, como seja ao nível da localização, orientação e exposição solar, materiais e técnicas para o isolamento térmico;
- Utilização de materiais de construção reciclados, não tóxicos e recicláveis;
- Obrigação de instalação de sistemas de micro-(co)geração, em particular o solar térmico e o fotovoltaico, nomeadamente pela sua integração como materiais de construção;
- Adopção de equipamentos e medidas de eficiência no consumo.

Em planos de pormenor (PP) e planos de urbanização (PU) introduzir, além dos critérios anteriores, uma meta de instalação de renováveis e ou de consumo final de energia proveniente de renováveis.

4. Promover iluminação e sinalização públicas mais eficientes

- Substituição das lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio a alta pressão;
- Colocar luminárias e armaduras que evitem a dispersão supérflua de luz.
- Implementar controladores temporais ou de fluxo e controlar a tensão eléctrica para adaptar a iluminação pública às necessidades reais;
- Substituição progressiva dos semáforos tradicionais por sistemas de díodos (LED) ;
- Limitar o n.º de horas da iluminação decorativa e publicitária (p.e. instalação de temporizadores);
- Aplicar o fotovoltaico para alimentação dos sistemas de iluminação e sinalização pública



BLOCO DE ESQUERDA
Grupo Municipal Matosinhos

5. Facilitar o acesso aos transportes colectivos
 - Contribuir para criar uma boa rede de transportes colectivos de passageiros, assegurando a sua gestão pública e a qualidade do serviço, em termos de horário, conforto e acessibilidade de preço (tendencialmente gratuito), bem como as ligações intermodais;
 - Disponibilizar mapas sobre os modos alternativos de transporte e os melhores trajectos;
 - Criar faixas “bus”;
 - Restringir o horário para cargas e descargas para períodos de menor tráfego e criar zonas próprias de paragem que não afectem o trânsito;
6. Facilitar a marcha a pé
 - Pedonalizar progressivamente os centros urbanos, interditando ou limitando a circulação automóvel;
 - Criar zonas de prioridade pedonável em escolas, zonas comerciais, espaços verdes, mas também em áreas residenciais;
 - Não permitir a supressão de passeios ou atribuir-lhes outros usos que não pedonais (p.e. instalar barreiras ao estacionamento automóvel);
 - Garantir a segurança pedonal (p.e. boa largura dos passeios)
7. Ordenamento do território para a mobilidade sustentável
 - Planear zonas urbanas mais densas e multi-funcionais, reduzindo as necessidades de mobilidade e fomentando o investimento e uso dos transportes públicos
 - Impedir novas urbanizações separadas das zonas urbanas consolidadas e romper o círculo vicioso de novas urbanizações-novas estradas: como requisito prévio a todo o desenvolvimento urbanístico deve existir uma suficiente rede de transporte público; obrigar as novas urbanizações e polígonos industriais a aplicar planos de transporte colectivo; privilegiar a reabilitação urbana a novas construções.
 - Reorganizar os serviços municipais para escalas de proximidade, reduzindo a necessidade de mobilidade motorizada
 - Estabelecer índices máximos de estacionamento nos centros urbanos.

Estamos certos de que Matosinhos será um Município, nesta matéria inovador.

Matosinhos, 27 de Setembro de 2007

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda